



**UNICAMP**

Concurso Público

## **001. PROVA OBJETIVA**

Procurador de Universidade  
Assistente – Nível I

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



**01.** Princípio constitucional de direito administrativo, relacionado à finalidade pública que deve nortear toda a atividade administrativa, fazendo com que a Administração Pública não possa atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, é o princípio da

- (A) legalidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) moralidade.
- (D) publicidade.
- (E) eficiência.

**02.** A respeito das características das autarquias, é correto afirmar que estas

- (A) são entidades civis ou comerciais sob o controle acionário do Estado, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, possuem fins específicos e são destinadas a desempenhar atividades de natureza econômica.
- (B) estruturam-se em sociedades anônimas ou qualquer das formas admitidas em direito, possuindo capacidade de autoadministração, devendo possuir orçamento fiscal próprio e de seguridade social.
- (C) são criadas por lei, possuem personalidade jurídica pública, capacidade de autoadministração e desempenham serviço público descentralizado, mediante controle administrativo ou tutela.
- (D) constituem-se em uma dotação patrimonial, que pode ou não ser inteiramente do poder público, possuem personalidade jurídica pública ou privada e desempenham atividades estatais no âmbito social.
- (E) operam por um contrato administrativo, concessão de serviços públicos ou de obras públicas, que envolve, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

**03.** As normas sobre fiscalização contábil, financeira e orçamentária referentes ao Tribunal de Contas da União, previstas no art. 71 da Constituição Federal, aplicam-se aos Tribunais e Conselhos de Contas dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Assim, é correto afirmar que qualquer um dos Tribunais de Contas existentes deverá, no respectivo âmbito de atuação,

- (A) efetuar o registro de atos de admissão de pessoal referentes às nomeações para cargos em comissão ou mediante concurso público e fiscalizar a concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão.
- (B) emitir parecer prévio às contas prestadas a cada 4 (quatro) anos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo e, havendo ilegalidades ou irregularidades nas contas prestadas, impor-lhe multa proporcional ao dano causado ao erário.
- (C) receber denúncias de irregularidades ou ilegalidades, cuja legitimidade de apresentação recai somente sobre partidos políticos, associações ou sindicatos, todos constituídos há mais de 2 (dois) anos.
- (D) examinar as contas dos administradores que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.
- (E) colocar à disposição do contribuinte as contas prestadas pelos entes federativos, durante 90 (noventa) dias, anualmente, para exame e apreciação, podendo qualquer pessoa questionar-lhes a legitimidade.

**04.** Consta do “Manual do Candidato – Vestibular Unicamp 2014” que o vestibular Unicamp é igual, no que se refere ao processo de inscrição, às provas e à classificação, para todos os candidatos, independentemente de terem ou não concluído o ensino médio. No entanto, apenas os aprovados com o ensino médio concluído são incluídos nas listas de convocados para matrícula. Candidato inscrito e aprovado não consta da lista de convocados e não logra efetuar sua matrícula, por decisão do Secretário-Geral da Universidade, pois não concluiu o ensino médio. Insurge-se o Candidato contra tal ato, impetrando mandado de segurança, cuja competência é do(da)

- (A) Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, já que se trata de ato administrativo complexo, que depende da aquiescência do Reitor, que possui foro privilegiado.
- (B) Tribunal Regional Federal da 3.<sup>a</sup> Região, já que se trata de ato administrativo complexo, que depende da aquiescência do Reitor, que possui foro privilegiado.
- (C) Justiça Estadual, tendo em vista que o ato de admissão em concurso vestibular é matéria administrativa *interna corporis*.
- (D) Justiça Federal do Distrito Federal, pois o ato do Secretário-Geral foi praticado sob a égide da delegação conferida pelo Ministério da Educação.
- (E) Justiça Federal em São Paulo, pois o ato do Secretário-Geral foi praticado sob a égide da delegação conferida pelo Ministério da Educação.

- 05.** Edital de certame licitatório destinado à aquisição de serviços comuns prevê que será vencedor do certame o licitante que apresentar o menor preço. No momento do julgamento das propostas, a Administração Pública declara vencedor o licitante que não apresentou o menor preço, mas que teria apresentado a melhor oferta conjugando melhor técnica e preço. O julgamento realizado é nulo por violação do princípio
- (A) da vinculação ao instrumento convocatório.
  - (B) da adjudicação compulsória.
  - (C) do sigilo das propostas.
  - (D) da igualdade entre os concorrentes.
  - (E) da competitividade entre os licitantes.
- 06.** A Administração Pública poderá rescindir um contrato administrativo por razões de interesse público, desde que tais razões sejam de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato. Nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, o contratado faz jus
- (A) à devolução de 2/3 (dois terços) da garantia prestada.
  - (B) ao ressarcimento dos prejuízos e ao pagamento dos lucros cessantes.
  - (C) aos pagamentos atrasados e aos devidos até o término do contrato.
  - (D) à indenização pelos danos materiais e morais decorrentes.
  - (E) ao pagamento do custo da desmobilização.
- 07.** Os órgãos, entidades e programas do Poder Público destinados ao incentivo das pesquisas científicas e tecnológicas considerarão, entre as suas metas prioritárias,
- (A) a fiscalização de projetos de entidades privadas, objetivando a recuperação de recursos ambientais afetados por processos de exploração.
  - (B) o apoio aos projetos que visem a adquirir e desenvolver conhecimentos básicos e aplicáveis na área ambiental e ecológica.
  - (C) a realização de obras e aquisição de equipamentos destinados ao controle de degradação ambiental e à melhoria da qualidade do meio ambiente.
  - (D) a fabricação de equipamentos antipoluidores e outras iniciativas que propiciem a racionalização do uso de recursos ambientais.
  - (E) a instituição de instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros.
- 08.** Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre aspectos do procedimento administrativo.
- (A) O procedimento é uma sucessão de atos preparatórios que devem obrigatoriamente preceder a prática de um ato final, correspondendo a um rito, a uma forma de proceder que deve ser observada pela Administração.
  - (B) A lei estabelece todos os procedimentos a serem observados pela Administração, não havendo liberdade de escolha para que a Administração decida pela forma que considere mais adequada para atingir seus objetivos.
  - (C) A realização de controle de trânsito por sinais não configura ato administrativo e, portanto, não cria procedimento administrativo, porque não há formalidades a serem observadas neste caso.
  - (D) O procedimento existe sempre como instrumento indispensável para o exercício da função administrativa, sendo necessário para instruir, preparar e fundamentar o ato final objetivado.
  - (E) O procedimento disciplinar é o meio pelo qual a administração apura as infrações administrativas e pune os infratores, de forma inquisitiva, sem a incidência dos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 09.** Assinale a alternativa correta em relação à interpretação dada à Lei Federal n.º 8.429/92.
- (A) Coautoria e participação são figuras que não são aplicáveis à matéria da improbidade, já que a teoria do concurso de pessoas não é pertinente ao direito administrativo sancionador, em especial na tutela da probidade.
  - (B) Para que se configure a conduta de improbidade administrativa não é necessária a perquirição do elemento volitivo do agente público e de terceiros (dolo ou culpa), sendo suficiente, portanto, a irregularidade ou a ilegalidade do ato para que a improbidade esteja caracterizada.
  - (C) O Supremo Tribunal Federal já decidiu que a Lei de Improbidade foi absorvida pela Lei dos Crimes de Responsabilidade, em razão de entender que o Presidente da República não pode perder o cargo por decisão de um juiz de primeiro grau.
  - (D) Não são admitidas modalidades culposas de improbidade, pois é reconhecido que os agentes públicos têm direito ao erro juridicamente tolerável, já que a gestão pública se dá pela assunção responsável de riscos diante da complexidade na tomada de decisões.
  - (E) A Lei de Improbidade Administrativa é considerada uma lei de natureza cível em sentido amplo, mas ela também prevê condutas e sanções de natureza penal, ficando sujeitas, portanto, às normas gerais do Direito Penal.

10. Assinale a alternativa correta em relação às previsões constantes da Lei Complementar n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

- (A) As previsões da Lei de Responsabilidade Fiscal não se aplicam às empresas estatais, dependam estas ou não do recebimento de recursos financeiros do ente controlador para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral.
- (B) A Lei Complementar n.º 101/00 estabelece parâmetros para os Poderes e órgãos, com vistas à fixação, no projeto de lei orçamentária, dos montantes relativos a despesas correntes, inclusive serviços de terceiros, com base na receita corrente líquida.
- (C) Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, o ente federativo poderá receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito que visem à redução das despesas com pessoal.
- (D) Os instrumentos preconizados pela Lei Complementar n.º 101/00 para o planejamento do gasto público são os mesmos já adotados na Constituição, quais sejam, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.
- (E) O recebimento por Município de transferências voluntárias de recursos da União não pode ser condicionado à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos ou ao cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

#### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

11. Considerando o disposto na Constituição Federal sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- (A) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros, em sessão secreta.
- (B) Os servidores dos cartórios judiciais receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente, limitados às decisões de caráter interlocutório.
- (C) Um quinto dos lugares dos Tribunais dos Estados será composto de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista tripla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- (D) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- (E) O juiz goza da garantia da inamovibilidade, mas, havendo interesse público, poderá ser removido, por decisão da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

12. Assinale a alternativa correta a respeito do processo legislativo.

- (A) São de iniciativa privativa do Presidente da República, entre outras matérias, as leis que disponham sobre organização do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União.
- (B) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa à nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos, direito eleitoral, direito penal, processual penal e processual civil, entre outras.
- (C) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las em até trinta dias ao Congresso Nacional.
- (D) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.
- (E) A delegação ao Presidente da República terá a forma de decreto legislativo do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

13. Assinale a alternativa que contempla atribuição privativa do Presidente da República passível de delegação.

- (A) Prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei.
- (B) Vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
- (C) Celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- (D) Nomear membros do Conselho da República.
- (E) Conferir condecorações e distinções honoríficas.

14. No tocante aos direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal estabelece que

- (A) as associações somente podem ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- (B) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à Administração Pública direta ou indireta.
- (C) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- (D) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor dos danos causados.
- (E) não haverá penas: de morte, salvo em caso de guerra declarada; de caráter perpétuo; de trabalhos forçados; de interdição de direitos; de banimento; e cruéis.

15. Nos termos da Constituição Federal, tem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo:
- (A) qualquer organização sindical legalmente constituída, independentemente de quando tenha sido criada, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
  - (B) entidade de classe legalmente constituída e em funcionamento há pelos menos dois anos.
  - (C) qualquer associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus associados.
  - (D) qualquer partido político, desde que legalmente constituído há pelo menos dois anos.
  - (E) partido político com representação nas Assembleias Legislativas de pelo menos três Estados da Federação.
16. “Esse princípio decorreu do abuso que se verificava na votação dos orçamentos durante a República Velha, (...) o que gerava as chamadas caudas orçamentárias ou orçamentos rabilongos na expressão de Ruy Barbosa” (José Afonso da Silva).
- Essa referência doutrinária do autor, reproduzida, que diz respeito ao aparecimento de norma orçamentária em vigor na atual Constituição Federal, trata do princípio orçamentário da
- (A) unidade.
  - (B) universalidade.
  - (C) programação.
  - (D) exclusividade.
  - (E) anualidade.
17. Conforme estabelece a Constituição Federal, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os seguintes princípios:
- (A) propriedade privada e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
  - (B) defesa do meio ambiente e plena abertura do mercado brasileiro para os investimentos estrangeiros que possam gerar empregos no país.
  - (C) função social da propriedade e garantia às empresas públicas e às sociedades de economia mista de privilégios fiscais diferenciados daqueles concedidos às do setor privado.
  - (D) favorecimento legal ao cooperativismo e ao associativismo e redução das desigualdades nacionais.
  - (E) livre concorrência e proteção dos trabalhadores, urbanos e rurais, em face da automação, na forma da lei.
18. Considerando o disposto na Constituição Federal sobre a Educação, é correto afirmar, a respeito das Universidades, que estas
- (A) devem, obrigatoriamente, admitir em seus quadros professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.
  - (B) obedecerão ao princípio de independência entre ensino, pesquisa e extensão.
  - (C) gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.
  - (D) devem garantir o acesso democrático à educação aos carentes de recursos financeiros, por meio de programas de auxílio e bolsa de estudos, em parceria com os governos estadual e federal.
  - (E) devem, nos termos da lei, garantir piso salarial aos professores, com reajuste anual da remuneração, observados, no mínimo, os índices oficiais de inflação do período.
19. Com relação à ordem social, é correto afirmar:
- (A) a universalização e padronização das expressões culturais constituem princípios que regem o Sistema Nacional de Cultura.
  - (B) o tombamento e a desapropriação são formas, previstas no texto constitucional, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro.
  - (C) o Poder Judiciário atuará como órgão recursal da justiça desportiva nas ações relativas à disciplina e às competições desportivas.
  - (D) a pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, objetivando o progresso industrial e o desenvolvimento tecnológico.
  - (E) o governo federal apoiará e patrocinará as empresas que invistam em pesquisa e criação de tecnologia adequada ao País.
20. Em determinado processo judicial, houve decisão de última instância que julgou válida lei municipal contestada em face de lei federal. Essa é uma hipótese de decisão, prevista no texto da Constituição da República, que enseja a interposição de
- (A) mandado de segurança.
  - (B) reclamação constitucional.
  - (C) recurso especial.
  - (D) recurso ordinário constitucional.
  - (E) recurso extraordinário.

## DIREITO CIVIL

21. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes,
- (A) não revoga nem modifica a lei anterior.
  - (B) impõe o efeito repristinatório.
  - (C) derroga a lei anterior no que lhe for contrária.
  - (D) revoga a lei anterior em razão do princípio da especialidade.
  - (E) ab-rosa a lei anterior em razão do princípio da imediatidade.
22. Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, depois de oficialmente publicada, inicia-se em
- (A) 180 dias.
  - (B) 120 dias.
  - (C) 60 dias.
  - (D) 5 meses.
  - (E) 3 meses.
23. Constituem-se pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos, não havendo entre seus integrantes direitos e obrigações recíprocas, as
- (A) autarquias.
  - (B) associações.
  - (C) pessoas jurídicas de direito público interno.
  - (D) pessoas jurídicas empresárias.
  - (E) pessoas físicas empresárias.
24. O incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso têm, de acordo com disposição expressa do Código Civil, domicílio
- (A) aleatório.
  - (B) necessário.
  - (C) opcional.
  - (D) de eleição.
  - (E) precário.
25. Quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, configura-se o defeito do negócio jurídico denominado no Código Civil como
- (A) erro ou ignorância.
  - (B) estado de perigo.
  - (C) estado de necessidade.
  - (D) lesão.
  - (E) coação.
26. São suscetíveis de registro como marca os sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais. A marca usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade é, nos termos da lei, marca
- (A) de produto ou serviço.
  - (B) coletiva.
  - (C) especial.
  - (D) de certificação.
  - (E) unipessoal.
27. Assinale a alternativa correta acerca das patentes, conforme disciplina a lei específica.
- (A) As descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos são considerados invenção para fins de patenteabilidade.
  - (B) A invenção e o modelo de utilidade são considerados novos quando compreendidos no estado da técnica.
  - (C) A invenção é dotada de atividade inventiva sempre que, para um técnico no assunto, não decorra de maneira evidente ou óbvia do estado da técnica.
  - (D) Será considerada como estado da técnica a divulgação de invenção ou modelo de utilidade quando ocorrida durante os 12 meses que precederem a data de depósito ou a da prioridade do pedido de patente, se promovida por terceiros, com base em informações obtidas diretamente do inventor ou em decorrência de atos por este realizados.
  - (E) É considerado modelo de utilidade o todo ou parte de seres vivos naturais, bem como materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural e os processos biológicos naturais.
28. A Lei n.º 10.973/2004 estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País, conforme determinação constitucional. Para os efeitos da referida lei, o órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada, de caráter científico ou tecnológico, considera-se
- (A) Agência de Fomento.
  - (B) Núcleo de Inovação Tecnológica.
  - (C) Instituição de Apoio.
  - (D) Núcleo de Capacitação.
  - (E) Instituição Científica e Tecnológica.

29. Não dispondo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado são considerados, de acordo com o Código Civil, como
- (A) privilegiados.
  - (B) de uso comum.
  - (C) de uso especial.
  - (D) dominicais.
  - (E) servidões.
30. Determina o Código Civil que o proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha. No tocante ao uso anormal da propriedade, é correto afirmar que
- (A) o direito estabelecido pelo Código Civil, nesses moldes, não prevalece quando as interferências forem justificadas por interesse público, caso em que o proprietário ou o possuidor causador delas estará desobrigado de indenizar o vizinho prejudicado.
  - (B) se, por decisão judicial, as interferências devam ser toleradas, não poderá o vizinho exigir sua redução ou eliminação, ainda que estas se tornem possíveis.
  - (C) o proprietário ou o possuidor tem direito de exigir do dono do prédio vizinho a demolição, ou a reparação deste, quando ameaça ruína, mas não que lhe preste caução pelo dano iminente.
  - (D) o proprietário ou o possuidor de um prédio, em que alguém tenha direito de fazer obras, pode, no caso de dano iminente, exigir do autor delas as necessárias garantias contra o prejuízo eventual.
  - (E) permitem-se as interferências prejudiciais considerando-se a natureza da utilização, a localização do prédio, atendidas as normas que distribuem as edificações em zonas e os limites ordinários de tolerância dos moradores da vizinhança, salvo quando forem justificadas por interesse público.
31. Assinale a alternativa que está em consonância com o Código Civil no que diz respeito aos contratos em geral.
- (A) Nos contratos de adesão, são anuláveis as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
  - (B) Pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
  - (C) A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.
  - (D) Ainda que observadas as normas gerais fixadas pelo Código, é vedado às partes estipular contratos atípicos.
  - (E) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao estipulante.
32. Assinale a alternativa correta acerca da inexecução das obrigações, conforme as determinações do Código Civil.
- (A) Nos contratos onerosos, responde cada uma das partes apenas por dolo e não por culpa, salvo as exceções previstas em lei.
  - (B) O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, ainda que expressamente se houver por eles responsabilizado.
  - (C) Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.
  - (D) A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, só pode referir-se à inexecução completa da obrigação.
  - (E) Para exigir a pena convencional, em qualquer caso, é necessário que o credor alegue prejuízo.
33. Com relação aos efeitos da posse, é correto afirmar que
- (A) ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias necessárias, assistindo-lhe o direito de retenção pela importância destas, mas não lhe assiste o direito de levantar as voluptuárias.
  - (B) o possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, mas não lhe assiste o direito de levantar as voluptuárias.
  - (C) quando mais de uma pessoa se disser possuidora, será mantida definitivamente a que tiver a coisa, se não estiver manifesto que a obteve de alguma das outras por modo vicioso.
  - (D) os frutos naturais e industriais reputam-se colhidos e percebidos, logo que são separados; os civis reputam-se percebidos mês a mês.
  - (E) o reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de má-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo.
34. Quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos especificados pelo Código de Defesa do Consumidor, será cominada, sempre às expensas do infrator, sem prejuízo das sanções de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas, a sanção administrativa de
- (A) imposição de contrapropaganda.
  - (B) suspensão de fornecimento de produtos ou serviços.
  - (C) suspensão temporária de atividade.
  - (D) intervenção administrativa.
  - (E) proibição de fabricação do produto.



35. Determina o Código de Defesa do Consumidor que a defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo, individualmente, ou a título coletivo. A defesa coletiva será exercida, dentre outras situações previstas pelo referido diploma legal, quando se tratar de interesses ou direitos \_\_\_\_\_, assim entendidos, para efeitos do Código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.

- (A) difusos
- (B) coletivos
- (C) individuais homogêneos
- (D) interindividuais
- (E) transcendentais

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

36. Corresponde a regra de competência classificada como absoluta, vale dizer, improrrogável, a do foro

- (A) do domicílio do devedor, para ação de anulação de título.
- (B) do domicílio do autor da herança, para ação de inventário.
- (C) da situação do imóvel, para ação relativa a direito real.
- (D) da situação do imóvel, para ação de nunciação de obra nova.
- (E) do lugar do ato ou fato, para ação de reparação de danos.

37. No procedimento comum ordinário, é admissível o chamado ao processo

- (A) do alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta.
- (B) daquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.
- (C) do proprietário ou do possuidor, por aquele que detiver a coisa em nome alheio.
- (D) do proprietário ou possuidor indireto quando o réu, citado em nome próprio, exercer a posse direta da coisa demandada.
- (E) dos devedores solidários, na demanda em que o credor cobrar de um ou de alguns deles a dívida comum.

38. A alteração do pedido ou da causa de pedir, no procedimento comum ordinário, somente é possível até

- (A) a sentença, dependendo, após a citação, do consentimento do réu.
- (B) a citação.
- (C) o saneamento do processo, independentemente do consentimento do réu.
- (D) o saneamento do processo, dependendo, após a citação, do consentimento do réu.
- (E) a sentença, dependendo, após o saneamento do processo, de consentimento do réu.

39. Sobre o incidente de falsidade documental, previsto pelo Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) pode ter como objeto falsidade ideológica, mas não falsidade material.
- (B) não possui efeito suspensivo do processo ou da sentença.
- (C) pode ser arguido em qualquer grau de jurisdição.
- (D) não pode ser arguido depois de encerrada a instrução.
- (E) o ônus da prova incumbe à parte que produziu o documento.

40. A sentença vale como título constitutivo de hipoteca judiciária,

- (A) mesmo em se tratando de condenação genérica.
- (B) salvo se o credor puder promover a execução provisória da sentença.
- (C) se não pender arresto de bens do devedor.
- (D) somente se condenatória ao pagamento de prestação pecuniária.
- (E) desde que não seja mais cabível qualquer recurso.

41. Para impugnar decisão que nega seguimento ao recurso especial por considerar que o acórdão recorrido coincide com a orientação do Superior Tribunal de Justiça firmada no julgamento de recurso repetitivo é cabível

- (A) agravo ao Superior Tribunal de Justiça.
- (B) recurso especial.
- (C) agravo interno.
- (D) embargos infringentes.
- (E) reclamação constitucional.

42. Consoante jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, os embargos à execução contra a Fazenda Pública podem possuir eficácia rescisória de sentenças inconstitucionais, para tanto consideradas, entre outras hipóteses, as sentenças que
- (A) deixam de aplicar norma declarada constitucional pelo STF em controle concentrado.
  - (B) aplicam norma com um sentido declarado inconstitucional pelo STF em controle difuso.
  - (C) aplicam dispositivo da Constituição que o STF considerou sem auto-aplicabilidade.
  - (D) deixam de aplicar dispositivo da Constituição que o STF considerou auto-aplicável.
  - (E) aplicam preceito normativo que o STF considerou revogado ou não recepcionado.
43. Assinale a alternativa correta a respeito do prazo para a propositura de ação rescisória.
- (A) Seu termo inicial é a data em que transitar em julgado o respectivo capítulo da sentença que se pretende rescindir.
  - (B) Declarada a deserção ou a intempestividade do recurso contra a decisão rescindenda, o início do prazo retroage ao termo final do prazo recursal.
  - (C) Seu termo inicial coincide com o termo inicial do recurso contra a decisão rescindenda.
  - (D) É interrompido na hipótese de ajuizamento de ação rescisória em Tribunal incompetente.
  - (E) Se vencido em data na qual não há expediente forense, o prazo se prorrogará para o primeiro dia útil seguinte.
44. No tocante à antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, tal como prevista pelo Código de Processo Civil, é correto afirmar que
- (A) presentes os requisitos do *fumus boni juris* e do *periculum in mora*, o juiz pode concedê-la de ofício.
  - (B) pode ser concedida, se caracterizado o abuso do direito de defesa, prescindindo, neste caso, de prova inequívoca e verossimilhança da alegação.
  - (C) não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipatório.
  - (D) não pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo pelo juiz.
  - (E) sua concessão depende, em qualquer caso, da demonstração do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
45. Em ação cautelar de exibição de documento, a recusa injustificada da sua exibição pode ensejar
- (A) ordem de busca e apreensão do documento, sem prejuízo da responsabilidade por crime de desobediência.
  - (B) incidência de multa cominatória fixada pelo juiz.
  - (C) presunção absoluta de veracidade das alegações que o requerente pretendia provar com o documento.
  - (D) arbitramento judicial de indenização, nos próprios autos da medida cautelar.
  - (E) presunção relativa de veracidade das alegações que o requerente pretendia provar com o documento.
46. O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro,
- (A) poderá impetrar mandado de segurança, como substituto processual do titular do direito originário, se este não o fizer em 30 dias, a contar do ato coator.
  - (B) poderá impetrar mandado de segurança, como substituto processual do titular do direito originário, se este não o fizer em 30 dias, após notificado judicialmente.
  - (C) poderá impetrar mandado de segurança, como substituto processual do titular do direito originário, se este não o fizer em 30 dias, após notificado por carta registrada.
  - (D) poderá impetrar mandado de segurança diante da inércia do titular do direito originário, independentemente de notificação, mas, se já então pendente o referido mandado de segurança, só poderá neste intervir como assistente.
  - (E) não poderá impetrar mandado de segurança, haja vista inexistir previsão legal de legitimidade extraordinária nessa hipótese.
47. Assinale a alternativa correta a respeito do sequestro de quantia em Execução contra a Fazenda Pública.
- (A) Pode ser determinado de ofício pelo juiz da execução.
  - (B) Possui a natureza de medida cautelar e depende de requerimento do credor.
  - (C) É possível em caso de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do crédito exequendo.
  - (D) É possível tão logo vencido o prazo de 15 dias para pagamento, contado da intimação pessoal do representante judicial da executada.
  - (E) Não é possível em caso de mera preterição no direito de precedência na ordem de pagamento dos precatórios.

- 48.** No tocante aos precatórios e requisições de pequeno valor, expedidos para pagamento de débitos judiciais da Fazenda Pública, é correto afirmar que
- (A) a quantia limite para as requisições de pequeno valor, tanto dos Estados, quanto da União, é de 60 salários-mínimos vigentes.
  - (B) pode o credor requerer o fracionamento do precatório para que uma parte seja paga mediante requisição de pequeno valor e o restante pelo regime de precatório.
  - (C) é vedada ao credor a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do respectivo ente federado.
  - (D) não podem ser abatidos do valor do precatório, a título de compensação, valores devidos pelo credor original à Fazenda Pública.
  - (E) o credor pode ceder seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor.
- 49.** Em favor da Fazenda Pública, o prazo conta-se em
- (A) quádruplo para opor embargos à execução.
  - (B) dobro para ajuizar ação rescisória.
  - (C) quádruplo para responder a recurso de apelação.
  - (D) dobro para interpor agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça.
  - (E) dobro para apresentar recursos em processos de controle concentrado de constitucionalidade.
- 50.** A reclamação constitucional fundada em violação a enunciado de súmula vinculante:
- (A) pode se voltar contra qualquer decisão judicial, ainda que já tenha transitado em julgado.
  - (B) quando se tratar de ato da Administração Pública, só será admitida após o esgotamento das vias administrativas.
  - (C) se julgada procedente pelo STF, este reformará o ato administrativo ou a decisão judicial impugnada.
  - (D) prescinde de vista ou intervenção do Ministério Público.
  - (E) poderá ter o pedido do reclamante impugnado somente pela autoridade que proferiu a decisão e pelo Ministério Público.

- 51.** Com relação às férias do empregado, é correto afirmar que
- (A) após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias de 18 dias corridos, quando houver tido de 10 a 16 faltas.
  - (B) não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 meses, embora descontínuos.
  - (C) não será considerada falta ao serviço, para o cômputo dos dias de férias a que faz jus, a ausência do empregado por até 2 dias consecutivos, em virtude de casamento.
  - (D) é permitido descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço, com exceção das elencadas no artigo 473 da CLT.
  - (E) durante as férias, o empregado, em nenhuma hipótese, poderá prestar serviços a outro empregador.
- 52.** Analisando as proposições apresentadas, considerando-se a previsão da CLT e o entendimento sumulado do TST com relação à remuneração do empregado, é correto dizer que
- (A) em caso de dano causado pelo empregado, seja por culpa ou dolo, o desconto será lícito, desde que esta possibilidade tenha sido acordada entre as partes previamente.
  - (B) presume-se o vício de consentimento resultante do fato de ter o empregado anuído expressamente com descontos salariais na oportunidade da admissão.
  - (C) além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, as prestações *in natura* que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer, habitual ou eventualmente, ao empregado.
  - (D) integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagem que excedam a 50% (cinquenta por cento) do salário do empregado, enquanto perdurarem as viagens.
  - (E) o transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, desde que não servido por transporte público, não integra o salário do empregado, não sendo considerado salário utilidade.

53. A respeito da Terceirização na Administração Pública, assinale a alternativa correta em consonância com a lei e entendimento sumulado do TST.
- (A) Considerando-se que o § único do artigo 442 da CLT prevê expressamente que em qualquer ramo de atividade da sociedade cooperativa não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela, é lícita a utilização deste sistema pela Administração Pública como forma de terceirização de serviços.
  - (B) Considerando-se que o inciso II da súmula 331 do TST prevê que a contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, é possível concluir que a terceirização neste segmento, obedecidos os parâmetros da Lei n.º 8.666/93, exime aqueles da responsabilidade pelos créditos trabalhistas sonegados aos trabalhadores na vigência do pacto laboral.
  - (C) Há autorização constitucional para a terceirização por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
  - (D) A Lei n.º 8.745/93, que trata da contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, autoriza expressamente a terceirização dos serviços públicos nos parâmetros da Lei n.º 8.666/93.
  - (E) Para o reconhecimento da responsabilidade subsidiária dos entes da Administração Pública em caso de terceirização de serviços, necessário que reste comprovada a sua culpa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora.
54. O exercício de atividade externa exclui o direito do empregado do recebimento de horas extras. Para tanto, são requisitos configuradores:
- (A) que o empregador anote tal condição na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no registro de empregados.
  - (B) que além da anotação na CTPS do empregado, o empregador não controle a jornada efetivamente praticada e tal condição seja estabelecida entre as partes no momento da admissão do empregado.
  - (C) que a atividade externa seja incompatível com a fixação de horário de trabalho e a condição seja anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no registro de empregados.
  - (D) que não haja controle formal de jornada e a condição seja anotada no registro de empregados e contrato de trabalho firmado na admissão do empregado.
  - (E) que a atividade desempenhada pelo empregado seja totalmente externa, incompatível com a fixação de horário de trabalho e esta condição seja anotada em sua CTPS.
55. Com relação à jornada de trabalho, considerando-se o disposto na CLT, Constituição Federal e entendimento sumulado pelo TST, está correta a seguinte assertiva:
- (A) Não será computado como horário extraordinário o excedimento diário até o limite de cinco minutos, seja com relação ao horário de entrada ou saída.
  - (B) Para a validade do banco de horas, necessária a formalização por acordo ou convenção coletiva de trabalho, o respeito ao prazo máximo de 01 ano para a compensação das horas, respeitada jornada semanal de 44 horas e o limite diário de 10 horas de trabalho.
  - (C) O acordo individual para compensação de horas é válido, desde que formalizado por escrito.
  - (D) O trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento retira o direito à hora noturna reduzida, havendo incompatibilidade entre as disposições celetistas e constitucionais sobre o tema.
  - (E) A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada, razão pela qual todas as horas que ultrapassarem a jornada semanal contratual deverão ser remuneradas como extras.
56. As horas extras praticadas com habitualidade integram a remuneração do empregado para todos os fins. De acordo com este entendimento, é correto dizer que
- (A) se computam no cálculo do repouso remunerado as horas extras habitualmente prestadas, mas a majoração do valor daquele em razão da integração destas não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de *bis in idem*.
  - (B) a remuneração do serviço suplementar, habitualmente prestado, integra o cálculo da gratificação natalina pelo maior valor auferido no ano.
  - (C) a habitualidade somente se caracteriza quando houver prestação de serviços em horário extraordinário, em pelo menos seis meses de cada ano trabalhado.
  - (D) as horas extras habitualmente recebidas integram a base de cálculo do adicional de periculosidade.
  - (E) a supressão total, pelo empregador, de serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos um ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas totalmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal.

57. Em havendo rescisão do contrato de trabalho por justo motivo, são verbas devidas pelo empregador ao empregado:
- (A) férias vencidas mais terço constitucional, saldo salarial e 13.º salário proporcional.
  - (B) férias vencidas e proporcionais mais terço constitucional, saldo salarial e 13.º salário proporcional.
  - (C) férias vencidas mais terço constitucional, férias proporcionais mais terço constitucional para contrato com mais de 6 meses de vigência e saldo salarial.
  - (D) férias vencidas mais terço constitucional, férias proporcionais mais terço constitucional para contrato com mais de 6 meses de vigência, saldo salarial e 13.º salário proporcional.
  - (E) férias vencidas mais terço constitucional e saldo salarial.
58. O empregado poderá considerar rescindido o contrato de trabalho com o empregador se este cometer falta grave. Quanto à rescisão indireta do contrato de trabalho, pode-se afirmar que
- (A) se a alegação for de que lhe são exigidos serviços superiores à suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes ou alheios ao contrato, não há a faculdade de o empregado permanecer trabalhando até decisão final da ação trabalhista.
  - (B) em se tratando de morte do empregador constituído em empresa individual, não há possibilidade do rompimento do vínculo, pois o contrato de trabalho não sofre alteração nos termos dos artigos 10 e 448 da CLT.
  - (C) se constatada a culpa recíproca no pedido de rescisão indireta, o empregador pagará ao empregado as indenizações que seriam devidas nesta modalidade, exceto a indenização de 40% sobre o FGTS.
  - (D) se constatada a culpa recíproca no pedido de rescisão indireta, o empregador pagará ao empregado as indenizações que seriam devidas nesta modalidade, exceto o aviso-prévio indenizado.
  - (E) a falta de pagamento de salários configura a hipótese de não cumprimento do empregador das obrigações do contrato e, portanto, autoriza a rescisão indireta do mesmo, exigindo a lei uma mora mínima de três meses.
59. De acordo com entendimento sumulado pelo TST, é correto dizer, sobre a estabilidade no contrato de trabalho, que
- (A) o servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da CF/88.
  - (B) não há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência, visto que a extinção da relação de emprego, em face do término do prazo, não constitui dispensa arbitrária ou sem justa causa.
  - (C) para a concessão da estabilidade prevista no art. 118 da Lei n.º 8.213/91, é pressuposto imprescindível o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário.
  - (D) ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, somente quando admitido mediante aprovação em concurso público, é garantida a estabilidade prevista no art. 41 da CF/88.
  - (E) não tem direito à estabilidade prevista no art. 19 do ADCT o servidor público regido pela CLT, de fundação, instituído por lei e que recebe dotação ou subvenção do Poder Público para realizar atividades de interesse do Estado, de personalidade jurídica de direito privado.
60. Com relação aos princípios que norteiam o direito do trabalho e considerando-se o entendimento doutrinário sobre a matéria, é correto dizer que:
- (A) o princípio protetivo tem três desdobramentos: o princípio *in dubio pro operário*, o princípio da norma mais favorável e o princípio da hierarquia da norma.
  - (B) o princípio da norma mais favorável tem aplicabilidade em três momentos distintos: na elaboração da regra, no confronto entre as regras concorrentes e na interpretação das regras jurídicas.
  - (C) o princípio da indisponibilidade se traduz na inviabilidade de o empregado poder despojar-se de direitos e proteções que lhe são garantidas pela lei ou por contrato, por sua simples manifestação de vontade, não alcançando, porém, a transação destes, pois esta, como ato bilateral, difere-se da renúncia.
  - (D) o princípio da continuidade dita a impossibilidade de o empregado renunciar à estabilidade da qual é detentor na vigência do contrato de trabalho.
  - (E) o princípio da condição mais benéfica impõe a nulidade de qualquer alteração contratual menos vantajosa, mesmo que decorrente de lei.

61. Assinale a afirmativa que revela uma previsão legal sobre o contrato de trabalho celebrado por prazo determinado, previsto na CLT.
- (A) Pode ser estipulado por prazo superior a dois anos, desde que prorrogado uma única vez.
  - (B) O contrato de trabalho por prazo determinado somente pode ser prorrogado uma vez, sob pena de passar a vigorar por prazo indeterminado.
  - (C) É válido o contrato por prazo determinado em se tratando de atividades empresariais de caráter transitório, desde que respeitado o prazo máximo de 6 meses.
  - (D) O contrato de prazo determinado deve ser celebrado por escrito.
  - (E) O contrato de experiência não poderá exceder ao prazo de 3 meses.
62. O adicional de transferência de 25% do salário do empregado será devido quando
- (A) a transferência ocorrer para localidade diversa da que resultar do contrato, sem a anuência do empregado, com caráter definitivo e sem que haja mudança de seu domicílio.
  - (B) a transferência ocorrer para localidade diversa da que resultar do contrato, com a anuência do empregado, com caráter definitivo e com mudança de seu domicílio.
  - (C) a transferência ocorrer para localidade diversa da que resultar do contrato em razão da extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.
  - (D) a transferência ocorrer para localidade diversa da que resultar do contrato, em caráter não definitivo, mas desde que esta previsão não tenha constado explicitamente do contrato de trabalho celebrado.
  - (E) a transferência ocorrer para localidade diversa da que resultar do contrato, em caso de necessidade de serviço, em caráter não definitivo.
63. Considerando-se as possibilidades de suspensão e interrupção na vigência do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.
- (A) Sem prejuízo dos salários, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por até 3 dias em cada 12 meses de trabalho, quando estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
  - (B) Nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento para a prestação do serviço militar não será considerado na contagem do prazo para a respectiva terminação.
  - (C) A aposentadoria por invalidez suspende o contrato de trabalho até a recuperação da capacidade de trabalho, conversão em aposentadoria por idade ou falecimento do empregado, devendo o empregador manter, no período correspondente, o recolhimento do FGTS.
  - (D) A suspensão do empregado, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou não, importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.
  - (E) O contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de 2 (dois) a 5 (cinco) meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, pelo período correspondente, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado.
64. No pertinente à anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado, pode-se afirmar que
- (A) o prazo para anotação do contrato de trabalho é de 48 horas, elasticendo-se este prazo para 15 dias, quando o empregado não possuir a CTPS e na localidade não for emitida.
  - (B) é vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como fazer nesta rasuras, sob pena de multa administrativa.
  - (C) as anotações na CTPS serão feitas na data-base, a qualquer tempo, por solicitação do trabalhador, no caso de rescisão contratual ou necessidade de comprovação perante a Previdência Social.
  - (D) incumbe ao empregador anotar na CTPS do empregado os acidentes de trabalho ocorridos.
  - (E) é vedado ao empregador reter a CTPS do empregado por prazo superior a 24 horas quando da anotação de dados para comprovação perante a Previdência Social.

65. Segundo a moderna doutrina que traça os elementos caracterizadores do assédio moral, é correto dizer que
- (A) a exposição dos trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas, durante a jornada de trabalho e no exercício das funções profissionais, caracteriza o assédio moral, desde que praticadas pelo superior hierárquico do ofendido.
  - (B) para caracterização do assédio moral, a exposição do empregado deve ser prolongada por meses ou até mesmo anos, configurando-se, porém, com uma única exposição em se tratando de dispensa por justo motivo cuja causa não foi comprovada pelo empregador.
  - (C) o assédio moral somente pode ocorrer se o autor da humilhação ou constrangimento for superior hierárquico do trabalhador.
  - (D) a prática de retirar a autonomia anteriormente concedida ao empregado, transferir a outro seus poderes, estimular a competição desleal e isolar o trabalhador no ambiente de trabalho dos demais empregados são consideradas formas de caracterização do assédio moral.
  - (E) a constatação da alegada doença psicológica decorrente de assédio moral por meio da realização de perícia médica é condição para a caracterização do mesmo.
66. Em razão de um mesmo fato que ocasionou danos a interesses difusos de trabalhadores exclusivamente nas cidades de Campinas, Santos e São Paulo, o sindicato, ao tomar conhecimento, resolve ajuizar ação civil pública. Nessa hipótese, à luz da atual redação da OJ 130 da SDI – II do TST, a ação deverá ser endereçada
- (A) ao Tribunal Regional do Trabalho da 2.<sup>a</sup> Região, por se tratar de dissídio coletivo.
  - (B) ao Tribunal Regional do Trabalho da 2.<sup>a</sup> Região ou ao Tribunal Regional do Trabalho da 15.<sup>a</sup> Região.
  - (C) a uma das varas do trabalho localizadas em Campinas, Santos ou São Paulo.
  - (D) exclusivamente a uma das varas do trabalho localizadas na Capital de São Paulo.
  - (E) tanto a uma das varas do trabalho localizadas na Capital de São Paulo quanto na cidade de Campinas.
67. Postada notificação para que o reclamado pratique determinado ato no dia 22.11.2013 (sexta-feira) e considerando que não houve feriado na semana imediatamente posterior à postagem da notificação, presume-se que o início do prazo ocorreu no dia
- (A) 22.11.2013, começando a contagem do prazo no dia 25.11.2013.
  - (B) 23.11.2013, começando a contagem do prazo no dia 26.11.2013.
  - (C) 25.11.2013, começando a contagem do prazo no dia 26.11.2013.
  - (D) 26.11.2013, começando a contagem do prazo no dia 27.11.2013.
  - (E) 26.11.2013, começando a contagem do prazo nesse mesmo dia.
68. De acordo com OJ 113 da SDI-II do TST, ajuizada ação cautelar, com pedido liminar, cujo objeto seja a concessão de efeito suspensivo a recurso ordinário em mandado de segurança, o Judiciário
- (A) extinguirá o processo sem resolução de mérito, por ausência de interesse de agir.
  - (B) julgará o mérito do pleito, extinguindo o processo com resolução de mérito.
  - (C) determinará a citação do réu, antes de analisar o pedido liminar.
  - (D) apreciará o pedido liminar, antes da audiência de justificação prévia.
  - (E) determinará audiência de justificação prévia e, em seguida, julgará o mérito do pleito.

#### **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

66. Tratando-se de processo cujo objeto verse sobre complementação de aposentadoria, suportada por entidade privada de previdência complementar, decorrente de pacto celebrado durante o contrato de trabalho, a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende ser competente materialmente para
- (A) julgar o mérito a Justiça do Trabalho.
  - (B) julgar o mérito a Justiça Comum.
  - (C) executar as sentenças de mérito, prolatadas após 20.02.2013, a Justiça do Trabalho.
  - (D) executar as sentenças de mérito, prolatadas até 20.02.2013, a Justiça Comum.
  - (E) executar as sentenças de mérito, independentemente de quando prolatadas, a Justiça Comum.

70. Determinada categoria profissional foi contemplada com decisão normativa favorável. O empregador, todavia, não honrou a determinação judicial, razão pela qual o sindicato dos trabalhadores ajuizou, na primeira instância trabalhista, dissídios individuais para cada um de seus sindicalizados, pleiteando os direitos anteriormente concedidos. Nessa situação hipotética, à luz da OJ 188 da SDI-1 do TST, é correto afirmar que o sindicato ajuizou ação
- (A) correta, porém não observou a regra de competência, uma vez que a ação deveria ser ajuizada no tribunal que proferiu a sentença normativa.
  - (B) correta, porém não observou a regra de litisconsórcio, uma vez que se tratava de ação individual plúrima.
  - (C) correta, porém falhou na indicação do polo ativo, pois ele deveria ter figurado como autor na condição de substituto processual.
  - (D) incorreta, pois deveria ser ajuizada ação de cumprimento, na primeira instância trabalhista, uma vez que o direito já havia sido reconhecido.
  - (E) incorreta, pois deveria ser ajuizada ação de cumprimento no tribunal que proferiu a sentença normativa.
71. Determinada autarquia, no dia 25.11.2013 (segunda-feira), recebe notificação postal, acompanhada da segunda via da reclamação trabalhista, para comparecer à audiência designada para o dia 02.12.2013 (segunda-feira). Nesse caso, a reclamada deverá
- (A) comparecer à audiência munida de contestação, sob pena de lhe ser decretada a revelia.
  - (B) comparecer a Juízo e requerer a designação de nova data para a realização da audiência, pois não foi observado o prazo em dobro para contestar.
  - (C) comparecer a Juízo e requerer a designação de nova data para a realização da audiência, pois não foi observado o prazo em quádruplo para contestar.
  - (D) interpor recurso de agravo de instrumento, aduzindo que não foi observado o prazo mínimo de 30 dias entre a notificação e a audiência.
  - (E) impetrar mandado de segurança, aduzindo que não foi observado o prazo mínimo de 30 dias entre a notificação e a audiência.
72. O recurso, por excelência, para impugnar decisões proferidas nas execuções trabalhistas, denomina-se
- (A) agravo de petição.
  - (B) agravo de instrumento.
  - (C) recurso ordinário.
  - (D) embargos à execução.
  - (E) exceção de pré-executividade.
73. De acordo com a OJ 66 da SDI – II do TST, contra sentença homologatória de adjudicação, na Justiça do Trabalho, é cabível
- (A) embargos à adjudicação.
  - (B) agravo de petição.
  - (C) mandado de segurança.
  - (D) ação anulatória.
  - (E) recurso ordinário.
74. A reclamada foi condenada a pagar a quantia de R\$ 200.000,00, constando do título judicial que R\$ 140.000,00 correspondiam a verbas de natureza salarial, e R\$ 60.000,00, a verbas indenizatórias. Após o trânsito em julgado, reclamante e reclamado celebraram acordo, homologado judicialmente, colocando fim à execução, no equivalente a R\$ 150.000,00. Nesse caso, segundo a OJ 376 da SDI-I do TST, a contribuição previdenciária deve ser calculada sobre R\$
- (A) 200.000,00.
  - (B) 150.000,00.
  - (C) 140.000,00.
  - (D) 105.000,00.
  - (E) 100.000,00.
75. Determinada autarquia, ré em ação trabalhista, comparece com 1(uma) hora de atraso à audiência em que deveria apresentar sua defesa, razão pela qual é decretada sua revelia. Nessa situação, à luz da jurisprudência do TST, pode-se afirmar que a decisão do Magistrado foi
- (A) correta, uma vez que não existe previsão legal tolerando atraso no horário de comparecimento da parte à audiência.
  - (B) correta, pois as partes dispõem de tolerância correspondente a 15 minutos para comparecer à audiência.
  - (C) correta, pois as partes dispõem de tolerância correspondente a 30 minutos para comparecer à audiência.
  - (D) incorreta, pois a pessoa jurídica de direito público não se sujeita à revelia.
  - (E) ilegal, pois não existe a figura da revelia no processo do trabalho.
76. À luz do entendimento sumulado pelo TST, tratando-se de dissídio individual, a decisão proferida em desfavor da Fazenda Pública
- (A) submete-se ao reexame necessário, independentemente do valor da condenação.
  - (B) submete-se ao reexame necessário, se o valor da condenação ultrapassar 30 salários-mínimos.
  - (C) submete-se ao reexame necessário, se o valor da condenação ultrapassar 60 salários-mínimos.
  - (D) submete-se ao reexame necessário, quando estiver em consonância com decisão plenária do STF.
  - (E) não se submete ao reexame necessário, independentemente do valor da condenação.



77. Recurso ordinário, interposto contra sentença, teve seu seguimento negado pelo Relator, sob o fundamento de ser manifestamente inadmissível (art. 557 do CPC c.c art. 769 da CLT). O recorrente, pretendendo, tão somente, suprir omissão, deverá, à luz da Súmula 421 do TST,
- (A) interpor recurso de revista a ser julgado por turma do TST.
  - (B) interpor agravo regimental a ser julgado pela turma do TRT.
  - (C) interpor agravo regimental a ser julgado por turma do TST.
  - (D) opor embargos de declaração a serem apreciados pela turma do TRT.
  - (E) opor embargos de declaração a serem apreciados pelo relator da decisão monocrática.
78. Para a comprovação da divergência justificadora dos recursos de revista e embargos é necessário, apenas,
- (A) transcrever, nas razões recursais, a íntegra dos acórdãos que demonstrem o conflito de teses.
  - (B) transcrever, nas razões recursais, trechos dos acórdãos que demonstrem o conflito de teses, indicando a data de publicação, em fonte oficial.
  - (C) juntar cópia autêntica do acórdão paradigma.
  - (D) juntar cópia autêntica do acórdão paradigma ou citar a fonte oficial ou repositório autorizado em que foi publicado.
  - (E) juntar cópia do acórdão, declarada autêntica pelo próprio advogado, e transcrever, nas razões recursais, as ementas dos acórdãos que demonstrem o conflito de teses.
79. De acordo com a Súmula 201 do TST, da decisão de Tribunal Regional do Trabalho em mandado de segurança, cabe
- (A) recurso ordinário, no prazo de 8 dias, para o Tribunal Regional do Trabalho.
  - (B) recurso ordinário, no prazo de 8 dias, para o Tribunal Superior do Trabalho.
  - (C) recurso de revista, no prazo de 8 dias, para o Tribunal Superior do Trabalho.
  - (D) apelação, no prazo de 15 dias, para o Tribunal Superior do Trabalho.
  - (E) agravo regimental, no prazo de 8 dias, para o Tribunal Regional do Trabalho.
80. De acordo com a súmula 158 do TST, da decisão de TRT, em ação rescisória, é cabível
- (A) agravo regimental para o TRT.
  - (B) recurso de revista para o TST.
  - (C) recurso extraordinário para o STF.
  - (D) recurso ordinário para o TRT.
  - (E) recurso ordinário para o TST.





